

ATA Nº. 18

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 30-09-2016
--

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carla Sofia Roma de Oliveira e Marco Filipe Sá Geração e Maria de Fátima Viera Figueira Roldão. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge, António Silvino Costa Ferreira e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, José David da Silva Ribeiro, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e Luís Filipe Dias Grácio. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que apresentaram suspensão do mandato por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a António Manuel Henriques Miguel, que substituiu Sara Paula Caetano Domingos, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação as atas números dezasseis e dezassete. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZASSEIS -----

A ata número 16, realizada em 26-04-2016, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO DEZASSETE -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “Só uma nota numa palavra que penso não ter dito, na página doze diz: “ ... *há uma dispersão em cima da mesa* e eu disse: *há uma discussão em cima da mesa.*” -----

Manuel Martins referiu da existência de algumas pequenas correções que já tinha feito chegar aos serviços da assembleia para os devidos efeitos. -----

A ata número 17, realizada em 30-06-2016, foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros presentes na referida sessão. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Foi presente à Mesa da Assembleia uma proposta apresentada pela CDU, relativamente ao ponto número seis da ordem dos trabalhos, que será discutida na altura da discussão do ponto. -----

Também presente uma proposta de recomendação para discussão e votação apresentada pelo CDS-PP.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “Tenho alguns assuntos que gostaria de deixar registados em ata e alguns assuntos que foram identificados por munícipes. -----

Em primeiro lugar queria louvar o município pela limpeza do Bonito, finalmente o Bonito foi limpo ao final de mais de 20 anos, algumas ervas daninhas eram mais grossas que as árvores que existiam, o que é sempre interessante. -----

Queria levantar aqui um problema ao senhor Presidente da Câmara, relativamente à Rua Rui Luís Gomes. É uma rua que derivado existir a zona A, muitas pessoas estacionam naquela rua e nas suas imediações, mas realmente a Rua Rui Luís Gomes não tem marcas de estacionamento, existindo condutores que estacionam as suas viaturas de qualquer maneira, pelo que seria bom que essas marcações fossem colocadas. -----

Também existem algumas árvores que necessitam de poda urgente para não haver mais custos por parte da câmara municipal. -----

Também me chegaram muitas reclamações da pouca animação durante o verão deste ano. Houve três boas animações, mas foram muita escassas. -----

As passeiras têm sido retificadas, mas tem surtido pouco efeito pois algumas já estão desaparecidas com sujidade, alguma coisa não está a correr bem, gasta-se dinheiro e não se conclui a obra como deve ser. -----

O dinheiro dos munícipes deve ser bem gasto, acreditamos que o esforço não foi com o intuito de gastar mais dinheiro, porém, não estamos a conseguir degolar o problema das passeiras.” -----

Prossigui **Fernanda Alves**: “Em relação aquilo que o senhor Pedro Gonçalves disse em relação à animação de verão na nossa cidade, fiquei surpreendida depois de ver o seu artigo num jornal em que de facto dava os parabéns do espetáculo que houve e que foi um bom espetáculo, as pessoas não aderiram. -----

Devo dizer que estive na maioria dos espetáculos que houve, talvez as pessoas não soubessem ou não quiseram estar presentes, também algumas pessoas aqui nesta assembleia falaram sobre o assunto, mas, não os vi presentes. -----

Sobre o assunto para o qual pedi a palavra, era só para dar uma saudação aos professores do concelho do Entroncamento, desejar a todos um bom ano letivo, dar os parabéns também à câmara municipal pela atribuição do livro de fichas aos alunos do primeiro ano e dizer que é uma boa medida, que ficámos satisfeitos. -----

Desejar a todos, professores, funcionários, pais, a comunidade educativa em geral, um bom ano letivo.” -----

Continuou **Telma Jorge**: “Queríamos levantar uma questão que não é nova para ninguém e voltamos a coloca-la e que tem a ver com a estrada de quem se dirige para o Entroncamento vindo do lado dos Riachos, continua a ser uma estrada muito estreita e é conhecida pelos muitos acidentes que nela ocorrem. O problema passa pelo seu alargamento e se não houver essa intervenção num período breve, pelo menos que seja reparada, porque são visíveis os buracos na estrada e nas bermas.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Esta assembleia aprovou um documento aquando da prisão do Luaty Beirão, em Angola, regozijo-me que ele neste momento está em liberdade, os tribunais angolanos funcionaram corretamente, assim como em Portugal também funcionam, por exemplo o ex-primeiro ministro José Sócrates também está em liberdade neste momento. -----

São processos que têm a ver com a legislação de cada país e ficou demonstrado que em Angola está a funcionar. -----

Queria chamar à atenção, que isto levantou aqui alguma polémica, queria recordar que no último congresso do MPLA estiveram presentes o PCP, o PS, o PSD e o CDS-PP e não ouvi nenhuma crítica em relação a estes acontecimentos. -----

Lembrar que não esteve presente o BE, o MPLA não quis o BE no seu congresso.

Quando eu dizia aqui que era demagogia, de facto era demagogia e nós temos que ter atenção àquilo que aprovamos na nossa assembleia, não podemos aqui aprovar uma coisa e depois os nossos representantes partidários ao mais alto nível fazerem uma coisa totalmente diferente. -----

As floreiras da Avenida Doutor José Eduardo Vítor das Neves, estão há muito tempo sem material vegetativo que embeleze a cidade. Noutros tempos, aquelas floreiras estavam em condições, o material vegetativo era mudado regularmente e esses vasos eram cuidados. -----

Neste momento está a decorrer um processo chamado descentralização de competências para as autarquias e há um processo também que se chama regionalização do PS, que está a ter muita contestação das diversas forças políticas e inclusivamente onde as coisas já avançaram mais nas áreas metropolitanas, há a ideia de que o próprio Presidente da República discorda do modelo apresentado. -----

Não é um modelo que está previsto para as autarquias, não é um modelo democrático, é um modelo tutelado pelas autarquias, mas não há democracia representativa no modelo apresentado. -----

Por outro lado, não é um problema que nos afete diretamente, mas devemos ser solidários com as outras freguesias, as freguesias que foram retiradas às populações, e aqui, o PS e o PSD recusam-se a que nas próximas eleições de 2017 as populações que entenderem juntando freguesias, mas há outras que não estão de acordo, devia-se dar a possibilidade até 2017, de os órgãos serem eleitos nessas eleições. -----

É essencial que o Orçamento de Estado para 2017 faça com que a autarquias recuperem a sua autonomia nas questões e nos meios financeiros, e para isso, deve ser

aplicada a Lei das Finanças Locais, ou seja, nos últimos tempos, apesar da redução das verbas que estão consignadas na lei para as autarquias, mesmo essas verbas dos 19,5% dos três principais impostos, não têm sido cumpridos. -----

Por outro lado, é necessário que novamente que as autarquias tenham capacidade de contratar pessoal para as suas necessidades do dia a dia. -----

Relembrar também a abertura do ano letivo e devo valorizar a gratuidade dos manuais escolares do 1º ano do 1º ciclo, que foi uma batalha que foi alcançada com êxito e, portanto, o PCP na Assembleia da República e nas negociações que estão a ser feitas com o PS, vai lutar para que os manuais sejam gratuitos até ao 4º ano do 1º ciclo.

Em relação às passadeiras, elas têm uma forma técnica de serem colocadas, se repararem elas têm uma determinada altura e essa altura tem a ver com os materiais que se colocam lá, os carros quando passam por cima das passadeiras, se a tinta for a determinada daquele tipo indicada para passadeiras, o carro quando passa não deixa o rasto em cima da passadeira e continua sempre visível. -----

O que aconteceu aqui, colocou-se uma tinta que absorve a borracha dos pneus e rapidamente se transformou ainda mais escura. -----

António Miguel referiu: “Quero transmitir que não estou de acordo com aquilo que o senhor deputado António Ferreira acabou de dizer, quero ressaltar que não me move nenhuma questão pessoal, mas relativamente às instituições dos tribunais em Angola estarem a funcionar, quero manifestar claramente que não partilho dessa ideia. –

Foi entregue uma providência cautelar para a tomada de posse da senhora Doutora Isabel dos Santos, como presidente da SONANGOL, e esse requerimento feito há mais de 100 dias, ainda não teve resposta por parte dos tribunais nem da presidência de Angola.” -----

Interveio **Marisa Parreira**: “Soubemos esta semana, que houve reuniões nas escolas com os encarregados de educação e nessas reuniões ficou-se a saber, que as escolas têm falta de funcionários desde administrativos a assistentes operacionais. -----

A falta de assistente operacionais é uma questão que nos tem vindo a preocupar, e já não é a primeira vez que vem a esta assembleia porque é um assunto da responsabilidade da câmara. -----

Sabemos que uma escola não funciona sem professores, mas também não funciona sem assistentes operacionais. -----

As nossas escolas têm poucos assistentes operacionais e todos os anos vivem uma instabilidade porque ficam à espera que sejam colocados pessoal dos POC e dos CEI e são poucas as assistentes operacionais e são sempre colocadas novas pessoas que têm que se adaptar ao serviço que lhes é proposto e isso causa instabilidade. -----

Achamos que as nossas escolas e as nossas crianças, merecem logo no início do ano letivo estabilidade e harmonia. -----

Este executivo já teve a possibilidade de recrutar 3 assistentes operacionais dando continuidade a um concurso proposto pelo anterior executivo do PSD, mas estranhamente achou, que estas assistentes operacionais não faziam falta nas nossas escolas e esse concurso nunca foi para a frente. Esta, obviamente, não é a nossa opinião, não é a opinião dos entroncamentenses e sobretudo não é a opinião da comunidade educativa. -----

Os entroncamentenses são pessoas atentas e dizem-nos que faltam funcionários nas escolas, que faltam funcionários de limpeza na nossa cidade, que faltam eletricitas e por isso questionam: Porque é que a câmara só abre concursos para cargos de chefes e não abre concurso para recrutar pessoal para os serviços que nós, verificamos que não tem pessoal e que é da responsabilidade da Câmara. -----

A nossa proposta mais uma vez, é dotar o que for necessário no quadro de pessoal destes serviços e abrir concursos. -----

Queremos também saber, se a câmara tem conhecimento dos problemas de degradação do edifício da Escola Dr. Ruy D'Andrade e que medidas estão previstas para obrigar os construtores a resolverem os problemas. -----

Queremos também dizer que nos chegou essa informação, que há falta de iluminação junto à Escola Básica do Bonito, ao que parece, os candeeiros estão sempre desligados, na nossa opinião é uma questão de segurança e deve ser vista.” -----

Pediu a palavra **Ezequiel Estrada**: “Estou um pouco transtornado com uma tragédia que aconteceu e implicou duas pessoas, o Professor Filipe e o senhor Vieira, em que o senhor Vieira faleceu e estava ao serviço do Regimento de Manutenção. -----

Enquanto Conselheiro da Associação Nacional de Freguesias e termos reunido recentemente em Leça da Palmeira para discutirmos um assunto que foi aqui levantado pelo senhor António Ferreira, que teve a ver com a avaliação das freguesias, foi aprovado por unanimidade a revisão de todas estas situações, com a promessa do Ministério da Tutela dessa avaliação antes das próximas eleições autárquicas. -----

Outra situação que foi avaliada, é a questão com base na avaliação de um acordo implantado pelo primeiro Ministro neste momento e então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para as freguesias e há muitas delas que já vêm com competências delegadas, que podem passar a ter competências próprias instituídas, através de Decreto-Lei aprovado na Assembleia da República. -----

Vamos ter amanhã uma reunião na delegação distrital de Santarém, com todos os partidos envolvidos com as freguesias para avaliar algumas situações, vai estar presente o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, e vamos tratar disto com algum cuidado, cada freguesia tem as suas razões, tem as suas características próprias, umas poderão assumir, outras poderão não ter capacidades para assumir.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “Sobre a limpeza da cidade, nós falámos aqui sobejamente nela na última assembleia, o PSD apresentou uma declaração política sobre esse assunto, sobre a falta de limpeza que chegava a todos os cantos da cidade, e agora, fico perplexo quando vejo que o município acha que é de vangloriar a ter feito uma limpeza à mata que deixou crescer no Bonito, principalmente na zona exterior. -----

Não consigo perceber aonde é que está a questão extraordinária que é a autarquia limpar a mata que deixou crescer, e que deixou crescer nos últimos três anos, porque o espaço estava novo, acabado de inaugurar e em plenas condições. -----

Sobre um assunto que já aqui hoje foi referido e que já fomos alertados por ele por várias pessoas, às vezes ter-se razão numa determinada altura, não é o mais certo nem é o mais correto politicamente. Há cerca de três anos atrás nesta assembleia discutimos veementemente porque é que o Partido Socialista deitava a baixo o concurso para auxiliares de ação educativa para as escolas do município, na altura a explicação da autarquia foi que nós estávamos acima dos rácios e não precisávamos de ninguém a trabalhar nas escolas, tínhamos funcionários suficientes. -----

Ainda hoje me lembro e se formos às atas encontramos muito bem o senhor Presidente a dizer que não precisávamos dos funcionários dos CEI, porque era mais uma lógica de trabalho de apoio social àquelas pessoas, não era pela necessidade de nós os colocarmos a trabalhar, isto foi dito nesta assembleia. -----

Sucede agora, que nós estamos a iniciar o ano letivo, a geringonça até anunciou que vai haver contratação de novos assistentes operacionais o que acho ótimo, se os puderem contratar é excelente, o problema é que no Entroncamento não os contratámos, deitámos um concurso a baixo e agora estamos a recorrer novamente a funcionários que

não são funcionários, são pessoais do centro de emprego que está na situação de desemprego e que vem segurar as pontas do serviço que prestavam nas escolas. -----

Estou a receber uma mensagem numa rede social, do pai de uma criança que diz que o filho estuda na escola António Gedeão, fala aqui dos problemas que tem havido e que os mesmos se repetiram esta semana na escola do Bonito. -----

Nós temos pessoas do centro de emprego que mudam de ano a ano, nunca chegam a fazer um ano numa escola, a fazer as tarefas que era suposto ser os assistentes operacionais a fazerem, como é que nós resolvemos isto? Não sei? O município, se calhar, tem uma resposta para isto, nós não temos, nós tínhamos uma resposta antes, mas o município achou que não era válida e resolveu deitá-la a baixo. -----

Sobre a questão dos manuais escolares já aqui falado, nós por acaso tínhamos uma medida muito semelhante, mas era mesma de dar, não era de emprestar manuais a crianças nas escolas e depois pedi-los devolvidos no final do ano, mas vamos ver em junho, quantas crianças é que vão devolver os manuais escolares intactos sem estarem escritos depois de usados durante um ano inteiro.” -----

Continuou **Marco Geração**: “Passo a referir uma questão que ainda se mantém e que já se mantém há algum tempo e que é na Rua José Afonso, em que a referida rua está cheia de buracos, é uma rua com alguma circulação por estar perto da escola e que seria uma zona de intervenção pelo menos a nível do pavimento. -----

Visto que o Bloco foi visado aqui numa questão internacional, tanto o PCP como o BE foram coerentes nas suas posições, a representação nacional, a política nacional é feita de uma maneira diferente porque é as opções do PS, do CDS e do PSD, aí nota-se uma falta de coerência, mas, só para dizer que realmente existe coerência, mas para duas posições diferentes. -----

Existe coerência por parte do Bloco em continuar a apontar o dedo a um regime que é praticamente totalitário, é um regime que asfixia a democracia do povo no seu próprio país, e que, sinceramente que gostava de ver o PCP a criticar, ou não criticar, outros países como a Coreia do Norte aonde acontecessem as maiores estropelias a nível de direitos humanos. -----

Para além disso, estar a comparar o regime angolano com o regime português e com uma situação de um ex-primeiro Ministro que ainda está a ser julgado com a situação de um sistema de justiça que funciona tarde, funciona mal, que deteve as pessoas sem qualquer justificação, é uma comparação que no meu entender nem sequer se põe.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “Deduzo que o senhor José Miguel Baptista nunca foi ao Bonito. -----

O Bonito, quando foi feita a sua requalificação e como foi dito pelo senhor Pedro Gonçalves não estava limpo, ou seja, foi feita a planificação, mas, a parte da mata estava suja e como o Pedro Gonçalves disse e bem, havia lá ervas com grossura de troncos, isto era uma limpeza que não era feita há mais de vinte anos e não três anos. -----

Vou muitas vezes ao Bonito, duas a quatro vezes por semana, como nunca me cruzei lá com o senhor José Baptista, provavelmente ele nunca terá lá ido, ou se foi, ia distraído. -----

Em relação à situação dos concursos, não compreendo como é que se pode comparar uma situação de há cerca de três anos, com uma situação atual, há pessoas que se reformam, há pessoas que saem, há várias situações que são alteradas, obviamente que, se na altura os quadros estariam completos ou próximo disso, terá havido alterações e essas alterações terão que ser colmatadas, não acho que seja assim algo de tão

extraordinário, só porque há três anos era suficiente e passado três anos tem que continuar a ser. -----

Quanto aos manuais escolares, pelo que sei, não foram os manuais que foram entregues, foram os livros de fichas que são para escrever, não são para devolver e que são para os alunos utilizarem, não vamos falar de uma coisa quando não é essa coisa que está em causa, é outra coisa, mais uma vez, há uma tentativa de deturpar aquilo que acontece, mas já é hábito nesta pessoa. -----

Referiu **António Ferreira**: “Quando frequentei o ensino básico em França nós tínhamos acesso a livros emprestados, esses livros nós cuidávamos deles porque eram um bem público e cuidávamos de uma forma diferente se fosse nossa. O livro quando era riscado de alguma forma accidental ele era devolvido à mesma. -----

Os manuais no final do ano, os alunos ou os pais se quiserem ficar com os manuais podem ficar, se os pagarem ficam com eles. -----

Em relação à questão de nós apontarmos a falta de direitos humanos na Coreia e em outros países, nós apontamos a falta de direitos humanos até em Guantánamo e ainda não vi o Bloco de Esquerda até ao momento falar de Guantánamo. -----

Não vi o Bloco de Esquerda levantar questões em países da Europa onde faltam direitos humanos, há prisões na Europa onde passaram prisioneiros a mando dos Estados Unidos e da NATO e passaram por Portugal.” -----

Interveio **José Baptista**: “Sobre a questão dos assistentes operacionais, dizer que a situação mudou paradigmata de há três ou dois anos para cá, não é tapar o sol com a peneira, é querer literalmente fazer de todos os outros uma comunidade de gente que faz de conta que não percebe nada disto, a sua argumentação é realmente muito má. -----

Eu até fui ao Facebook do município de propósito para lhe dar um exemplo: -----

Sobre os contratos de inserção dos funcionários que estão na escola, estão aqui a dar-me dados de quantos estão a faltar em cada uma das escolas, pais que estão a falar comigo neste momento e há uma pessoa, sobre aquilo que estava a dizer do Bonito e estava a ouvir em direto e respondeu isto: O que está a dizer não é verdade, eu moro no Bonito. -----

Eu fui ao site do município ao Facebook para ver as fotografias dos sítios aonde tinham sido limpos, não sei se todos conseguem ver, este espaço que foi limpo agora nesta limpeza é a entrada principal que foi feita toda de novo, portanto ela foi feita há três anos, estava cheia de ervas até acima e isto tinha vinte anos? -----

A argumentação é tão falsa, tão falsa, que não são capazes sequer de dizer a verdade, que é, mantivemos durante três anos a vontade de lá colocar um funcionário a limpar nada, e agora de repente, resolveram proceder à limpeza porque já havia demasiada gente a contestar e basicamente foi isto que aconteceu.” -----

Prossigui **Pedro Gonçalves**: “Há pouco, pensei que estávamos num debate numa Assembleia das Nações Unidas, nós devemo-nos centrar naquilo que realmente nos preocupa, que é o Entroncamento e os cidadãos que aqui habitam. -----

Em relação aos repuxos da nossa cidade, passou-se o verão e os repuxos não trabalharam, os repuxos estão-se a degradar, estão cheios de lixo e era urgente que se fizesse alguma coisa, ou se tira e se tapa, ou se põem a trabalhar. -----

Em relação ao Bonito, do lado esquerdo quem entra na lagoa e deixa a ponte do lado direito, a mata que existia entre as casas até à lagoa, é essa que eu me referi, que há vinte anos que não era limpa, não estamos a falar do interior do Bonito.” -----

Continuando, procedeu à leitura da seguinte Proposta de Recomendação: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«IMI FAMILIAR» -----

«Vem recomendar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no 112.º-A (aditado pelo artigo 162º da lei nº7ª/2016 de 30 de março- LOE2016) do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no valor de 40€ para as famílias com 2 dependentes, e de 70€ para as famílias com 3 ou mais dependentes.» -----

- O CDS-PP Entroncamento vem recomendar ao executivo a aplicação destes descontos, às famílias pelos seguintes pressupostos: -----

- O Entroncamento é uma cidade, que precisa continuar a crescer, e para crescer é necessário que as famílias se fixem no Entroncamento. -----

- As famílias para se fixarem na nossa cidade, necessitam de vários fatores diferenciadores de outros concelhos, quer ao nível do parque escolar, qualidade de vida quer ao nível fiscal.

- O Entroncamento pelas suas acessibilidades, e pela sua situação geográfica privilegiada, é uma cidade atrativa para quem quer trabalhar na zona da grande Lisboa. -----

- O Entroncamento é uma cidade onde existem muitas habitações no mercado imobiliário.

- O executivo municipal, foi eleito com o slogan “Uma cidade para as pessoas”, só poderão existir mais pessoas se houver famílias no Entroncamento. -----

Acreditamos que esta medida poderá ser um fator diferenciador de outros municípios para quem quer estabelecer a sua família, e desse modo aumentar o número de moradores no nosso município, o que virá a estimular todos os sectores da nossa cidade. -----

Temos também a convicção que a aceitação desta recomendação, será um claro sinal que esta cidade é uma cidade amiga das famílias, logo amiga das pessoas. -----

Neste sentido o CDS-PP Entroncamento vem recomendar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no 112.º-A (aditado pelo artigo 162º da lei nº7ª/2016 de 30 de março- LOE2016) do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, no valor de 40€ para as famílias com 2 dependentes, e de 70€ para as famílias com 3 ou mais dependentes. -----

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “Antes de nos pronunciarmos sobre este assunto, queria colocar uma questão que nos suscitou algumas dúvidas. -----

Até que ponto é correto e legítimo colocarmos aqui uma questão como recomendação e que mais adiante nós vamos trabalhar e analisar na ordem dos trabalhos?” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Trata-se de uma Proposta de Recomendação e os partidos podem apresentar propostas de alteração e propostas de recomendação à câmara. -----

As propostas de alteração da câmara municipal, que forem votadas e aprovadas, obviamente que são alteradas. -----

As propostas de recomendação, não têm que ser seguidas pela câmara municipal porque quem define a política do município é de facto a câmara Municipal, que pode acolher ou não a recomendação. -----

De qualquer forma, vai estar em discussão na ordem dos trabalhos a taxa de IMI, e isso não significa que não possa haver uma proposta de alteração àquilo que foi produzido pela câmara municipal. -----

Imaginamos que esta proposta de recomendação seria aprovada por unanimidade nesta assembleia, a câmara ficaria de estudar essa matéria. -----

Também pode haver a hipótese de retirarmos este ponto da ordem dos trabalhos e voltar noutra altura, uma vez que à Autoridade Tributária a câmara só tem que indicar o valor até ao final do mês de novembro. -----

Como não é vinculativo para a câmara não trás nenhum problema, não inviabiliza a discussão, até porque, este ano poderá por exemplo, não entrar em vigor, mas para o ano que vem, a câmara poderá ter em conta aquilo que foi discutido este ano. -----

Recordo, o ano passado quando discutimos o IMI, a câmara este ano acolheu algumas sugestões apresentadas pelo Bloco de Esquerda. -----

Em termos procedimentais, não vejo problema em discutir esta matéria.” -----

Interveio **António Ferreira:**” A proposta do CDS é uma proposta extremamente populista. -----

Nós sabemos todos o que é que o PSD e o CDS fizeram durante o tempo em que foram governo e sabemos perfeitamente o que é que fizeram às famílias, sobretudo às famílias que vivem do rendimento do trabalho, uma redução drástica nos salários, as dificuldades que existem nessas famílias de terem acesso a habitação própria, hoje, quem tem precaridade no trabalho, quem não tem rendimentos fixos, não tem direito a habitação própria, não pode recorrer a um banco para obter empréstimo bancário para ter uma habitação. -----

Da forma como está, a proposta do CDS é no sentido de beneficiar as famílias que têm casa, mas aquelas que não têm casa não são beneficiadas. -----

A justiça social faz-se em sede de IRS e aí são vistos os tipos de rendimento e em função da obtenção desses rendimentos o Estado atua e dá incentivos às famílias o que deve ser uma prioridade. -----

Esta proposta só vai beneficiar quem tem casa própria e não todos, mas, as famílias com menos recursos têm uma casa com valor mais baixo, as famílias que arrendam casa não são abrangidas por esta medida e são essas que mais necessitam. ----

Esta é uma medida desgarrada, empurrada para as autarquias, o Estado decidiu, agora as autarquias que paguem e nós não concordamos com este tipo de medidas que são populistas que não levam a lado nenhum, é só para encher o olho de quem é facilmente enganado.” -----

Prossigui **Fernanda Alves:** “Poderia fazer aqui um historial de todas as medidas que o partido do senhor deputado, quando esteve no Governo tomou contra as famílias.

Num ato de magia, o anterior Governo de lembrou de deitar e pôr o anjo nas mãos das autarquias, ou seja, primeiro tirámos o que tirámos às famílias, reduziram o poder de compra de toda a gente, afundaram a qualidade de vida dos portugueses e depois no fim, pedem às autarquias que de facto tenham em conta esta ideia brilhante do IMI familiar.

O senhor deputado apresenta uma recomendação onde eu iria pegar precisamente quando fala no slogan da campanha eleitoral do Partido Socialista que era “Uma cidade para as pessoas”. -----

Mais à frente, o senhor deputado fala que a aceitação desta recomendação seria o sinal claro que esta cidade é uma cidade amiga das famílias, logo amiga das pessoas, então, eu questiono: Este executivo depois de ter encontrado o caos financeiro nesta câmara, com o PAEL às costas, apesar de todas as dificuldades financeiras, não aumentou taxas nem de águas, nem de saneamento, apresentou até à data, uma redução efetiva da dívida. -----

Inicialmente, encontrou 15 milhões de dívida, neste momento a 30 de setembro centra-se nos 11 milhões, uma redução efetiva e apesar de tudo, na campanha eleitoral prometeu e está a cumprir, e vamos ver isso no ponto mais a seguir, uma redução do IMI para toda a gente, se isto não é ser amiga das famílias, se isto não é ser uma cidade para as pessoas, não sei o que será senhor deputado. -----

Em relação a esta questão do IMI familiar é que, para além desta redução que este executivo se propôs por em prática, tomou em consideração, como o senhor Presidente da Assembleia muito bem disse, não na altura em que ela foi feita, mas mais tarde tomou em consideração o IMI familiar e que, portanto, neste momento o IMI familiar com três ou mais dependentes está de facto em prática no nosso concelho. -----

A bancada do Partido Socialista depois de analisar todas estas questões, pensámos que era bom se fosse possível estender este IMI familiar a mais gente, mas nós, pensamos de forma responsável e ser amiga das pessoas, é tomar medidas preventivas para que um dia mais tarde não venhamos a ter problemas. -----

Nesse sentido, não terá o nosso voto a favor.” -----

Continuou **José Baptista**: “Sobre as considerações que aqui foram feitas discutí-la-emos no ponto mais à frente e, portanto, deixo isso para mais tarde. -----

Quanto à recomendação feita pelo CDS e que já foi aqui discutida o ano passado, ela não é nenhuma novidade para nós, é um reforço que o CDS faz na sua proposta. ----

A questão que se coloca quando se analisa a proposta é: se nós pudéssemos baixar os impostos a todas a gente baixávamos, numa lógica que o PSD sempre teve, quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos, o problema é que esta proposta induz é que, uma família que tenha dois ou três filhos e tenha muitos rendimentos é tão beneficiada nesta proposta como uma família que tenha dois ou três filhos e que não tenha rendimentos. -----

Pela bondade da proposta que no momento ideal seria aplicada e que é aplicada naturalmente noutros sítios porque têm situações que permitem fazê-lo, a questão aqui é, se nós não pensarmos de forma a que necessitamos deste dinheiro para o investimento que tem sido nulo, é fácil dizer que a dívida baixou, pois claro que a dívida baixa, se estancam as aquisições e se acaba com o investimento total. -----

Esta proposta, apesar de ser a proposta ideal para implementar numa sociedade em que não fossem necessários os impostos para sustentar o Estado, a verdade é que o Estado se sustenta a partir das famílias e devemos diminuir esta dependência cada vez mais ainda não estamos na situação de o fazer, e portanto, dificilmente acreditamos que esta medida se aplicada de forma equitativa, porque ela não seria aplicada de forma equitativa a todos os cidadãos da nossa cidade, que tem como lema “Cidade Ferroviária” e não “Uma cidade para as Pessoas” como o PS tenta dizer por todo o lado.

Um dia destes, ainda vamos saber porque é que o PS mudou o slogan do concelho em tudo o que é publicidade institucional “Uma cidade para as pessoas”, quando os órgãos autárquicos continuam a ter conhecimento que a designação do município é “Cidade Ferroviária”. -----

Referiu **Carla Roma**: “O IMI é um imposto municipal anual sobre o património e a tributação do património deve contribuir para a equidade de todos os contribuintes. ----

Esta é uma medida que aparentemente nós conseguimos compreender que possa ser simpática, mas quando nós nos debruçamos mais sobre ela e refletimos sobre o que ela implica, percebemos que ela não colabora para essa equidade. -----

Quanto muito, nós podemos encará-la como um estímulo à natalidade, mas no nosso entender, os estímulos à natalidade não se fazem desta forma pontual, uma vez por ano, e os incentivos à natalidade fazem-se através de melhores salários, melhores condições de trabalho e fixar as pessoas no Entroncamento que no nosso entender deve ser pensado através de melhores redes de transporte públicos, questões como o passe social que tanto defendemos e não com medidas pontuais como estas e que no nosso entender não servem sequer como estímulo à natalidade. -----

Esta é uma medida que não assegura a igualdade entre cidadãos, pelo contrário, ela promove a desigualdade de tratamento para aqueles que não têm dependentes a cargo e perguntamos se o direito à habitação se esgota nas famílias mais numerosas. ----

No nosso entender, esta é uma medida cega, é uma medida que tem mais de populista do que propriamente de eficaz, o número de dependentes diz-nos muito pouco sobre a realidade destas famílias. -----

Nós sabemos que há famílias mais numerosas, que têm mais dependentes a cargo, mas que têm rendimentos significativos que podem suportar o IMI, e também sabemos que o contrário também existe, nós temos famílias com menos dependentes a cargo, ou sem dependentes a cargo, com fracos recursos e têm muitas dificuldades em fazer face ao pagamento do IMI. -----

No nosso entender e por isto, é uma medida cega e que diz muito pouco sobre aquilo que são as famílias que poderão ser abrangidas, o número dependente do agregado não nos dá qualquer informação sobre a capacidade destes agregados fazerem face a esta despesa. -----

Na nossa ótica, este esforço deve ser feito pela baixa dessa taxa e consideramos que a justiça fiscal se deverá fazer em sede de IRS, porque é um imposto progressivo e que ele sinta em conta os rendimentos e a composição do agregado, quem tem mais rendimentos paga mais e quem tem menos rendimentos pagará menos. -----

É por isso que nós defendemos a redução do IMI para habitação própria e permanente, mas, não concordamos com esta medida que no nosso entender, trata as pessoas de forma desigual.” -----

Usou da palavra **Pedro Gonçalves**: “A geringonça no seu melhor. Desculpem, aquela coisa de esquerda. -----

A Lei do Orçamento de Estado de 2016, não sei aonde é que o PS, BE e CDU estavam, foi aprovada por vocês, a Lei do Orçamento de Estado foi aprovada pela maioria de esquerda e essa medida está lá. -----

Vocês todos é que estão a ser populistas porque não acreditam numa medida, mas quando estiveram ao lado do PS para aprovar a geringonça, aprovaram-na. -----

Isto só interessa quando é localmente, porque quando é para aprovar e tirar uma maioria de quem ganhou as eleições, aí, vocês ajudam-se e não é populista. -----

Querem falar de equidade, a geringonça rejeitou um pacote a fim da natalidade e a fim das famílias. -----

O coeficiente familiar quem é que o retirou em sede de IRS, foi o PSD e o CDS? Não, foi a geringonça, desculpem foi o PS, o BE e a CDU. -----

Enquanto estamos a falar em 32.400 euros a menos na receita de IMI, que no orçamento da câmara não é assim tão preocupante, enquanto podíamos ir buscar aos prédios que estão degradados, devolutos, podíamos ir buscar 0,8%, que se fosse feito um cadastro de todos os prédios devolutos, a Câmara Municipal do Entroncamento iria ganhar e não iria perder 32.400 euros. -----

As famílias necessitam de um local para viver, é diferenciadora? É discriminatória? É, mas é uma discriminação positiva, não sei aonde é que estes partidos estarão daqui a vinte anos, porque se não houver famílias, não vai haver dependentes e crianças para votarem, mas não, ficamos com a cidade para os velhinhos, com todo o respeito que eles têm que ter, agora, até os velhinhos se alegram quando vêm o sorriso de uma criança, agora é preciso muito mais do que dizer que a medida é populista, populista foi quando vocês aprovaram a Lei do Orçamento de Estado, se estavam contra, estavam contra, tinham a coragem de dizer somos contra. -----

Hoje, que estamos a discutir isto para a Câmara Municipal do Entroncamento, dizem que é populista. -----

O caos que impera nas medidas familiares, não foi agora por causa do governo CDS/PSD. -----

A medida populista que hoje vai ser aqui reprovada, foi aprovada por vocês na Lei do Orçamento de Estado de 2016 e que fica registado. -----

António Ferreira referiu: “Sobre a geringonça, tenho que dar uma resposta. -----

Quem não percebeu, é altura de perceber, há um governo PS e há um entendimento por parte do PCP, BE, e os “Os Verdes”, para que o CDS e o PSD não voltem ao Governo nos próximos tempos, até porque, o aumento da pobreza foi notório, baixaram os salários aos trabalhadores, a queda brutal dos benefícios sociais da população, isso sim tem a ver estímulos ou incentivos às famílias. -----

Dar 6.300 euros no terceiro filho? Isso são estímulos? Isso é mandar areia para os olhos das pessoas.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS, foi rejeitada por maioria, dezassete votos contra, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, um voto a favor do Centro Democrático Social e cinco abstenções do Partido Social Democrata. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Esqueci-me de dizer anteriormente, que foi enviado a todos os líderes das bancadas, o ofício do senhor Presidente da Câmara que tinha sido enviado às Infraestruturas de Portugal, para terem conhecimento.” -----

Passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Interveio José Manuel Alves Mendes, residente na Rua Verdades Miranda, que fez referência aos maus cheiros dos esgotos no jardim 24 de novembro e que o mesmo largo está cheio de carraças e pulgas derivado aos dejetos dos cães. -----

Solicitou a colocação de um sinal de estacionamento para deficientes, junto à sua habitação. -----

Entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CHEFE UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS, SERVIÇOS JURÍDICOS E EDUCAÇÃO – DIRIGENTE INTERMÉDIO 3º GRAU E CONSTITUIÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Esta temática que já foi à reunião do executivo, mereceu também uma nota por parte do PSD, que se centra no seguinte: -----

Esta Unidade de Recursos Humanos, Serviços Jurídicos e Educação, tal como agora é solicitado a abertura do concurso público para um Dirigente Intermédio de 3º Grau, tem algumas questões que nos fazem solicitar alguns esclarecimentos ao município. -----

Um departamento com estas três áreas tão grandes e tão específicas, no seu concurso público diz expressamente que o candidato tem que ser um jurista com vínculo e com três anos de trabalho na área, e, depois, o mesmo concurso público tem como júri, além de funcionários da casa, uma pessoa que é especialista em recursos humanos, uma pessoa especialista em recursos humanos vem selecionar um jurista. -----

Não consigo perceber, como é que o especialista em recursos humanos, vem verificar as competências do jurista para aquelas competências que ele vem especificamente destinado. -----

Temos um arquiteto, temos um engenheiro e temos um professor de recursos humanos no júri do concurso. -----

Há uns meses atrás no Conselho Municipal de Educação, foi apresentado um chefe, que até haver este concurso, imagino, que é a Doutora Fátima Rosa funcionária

desta casa, e foi apresentada como nova chefe de unidade, perante o Conselho Municipal de Educação, tal qual como nos transmitiram, se estiver enganado digam-me porque eu não tenho acesso ao Conselho Municipal de Educação, mas houve várias pessoas que me disseram que isso aconteceu. -----

Dentro das características que nós temos e dentro do concurso que é aberto, este concurso existe para uma pessoa específica ou não? É que, se este concurso existe para uma pessoa específica, nós não podemos aprovar, como é óbvio, liminarmente.” -----

Interveio **Marisa Parreira**: “Em relação a este ponto, consideramos que esta proposta se é feita, é porque há uma necessidade para este cargo e assim compreendemos a abertura deste concurso, mas, consideramos que existem outros serviços que necessitam igualmente de uma abertura de concurso para entrada de pessoal nos quadros. -----

Portanto, se há necessidade abre-se concurso, se há necessidade para este cargo há outras necessidades que também tem que ser abertos concursos, é a nossa opinião e é o que consideramos.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves**: “Relativamente a este concurso nada temos a dizer.

Se o executivo entende que há-de abrir um concurso é porque tem razões para tal.

Relativamente a algumas questões aqui colocadas, se o senhor Presidente da Assembleia assim o permitir, talvez as pudéssemos remeter para o senhor Presidente da Câmara, esclarecer.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “A nossa questão é fazendo-a diretamente a quem de direito, porquê um jurista, porque não uma pessoa especializada em recursos humanos que na sua formação também tem alguma componente jurídica. -----

Parece que metemos as três coisas daqueles valores que existem agora e misturámos, é que, recursos humanos e serviços jurídicos ainda percebo que sejam juntos, agora a educação, é um assunto demasiado específico e com demasiada importância para se imiscuir com os recursos humanos e serviços jurídicos. -----

Se não houver grande esclarecimento, nós não iremos votar favoravelmente.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “É uma área de gestão da câmara que tem várias áreas funcionais desde gestão de recursos humanos, serviços jurídicos, educação, poder-se-ia colocar outras formações de base para a pessoa que vai chefiar estes serviços. -----

Como tem serviços jurídicos, como tem gestão de recursos humanos, como tem notariado e a gestão de recursos humanos na administração pública, como sabem, tem uma componente muito forte jurídica e administrativa, nós, naquilo que é o nosso entendimento de gestão, entendemos adequá-lo a uma licenciatura na área jurídica, provavelmente outros entenderiam noutra área e nós respeitaríamos essa opção.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento e Seleção do Chefe Unidade de Recursos Humanos, Serviços Jurídicos e Educação – Dirigente Intermédio 3º Grau e Constituição do Respetivo Júri**”, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Centro Democrático Social. ----

José Baptista apresentou a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

"Aquando de reunião do Conselho Municipal de Educação no final do ano letivo 2015-2016 a Dra. Fátima esteve presente e foi apresentada como Chefe de Unidade, na altura

Unidade de Inovação e Recursos Humanos, e despachava enquanto tal, como pode ser constatado em relatórios do sistema de gestão documental do Município. Cessado o procedimento para Chefe de Unidade de Inovação e Recursos Humanos, surgiu um novo procedimento, desta feita para Chefe de Unidade de Recursos Humanos, Serviço Jurídico e Educação - nova designação, novas atribuições, com a atribuição de responsabilidades na área da Educação à então Chefe de Unidade de Inovação e Recursos Humanos. Se já lhe eram reconhecidas competências na área da Inovação, certamente com saberes no que concerne a Tecnologias da Informação e Comunicação, Empreendedorismo, novos recursos e novas estratégias/métodos de trabalho inovadores, reformula-se nome e atribuições, agora numa unidade com outra designação e outras atribuições/competências, para uma chefe que antes de o ser já o era. O PSD não se revê neste procedimento, com um “fato feito à medida” uma vez que não se põe em causa a pessoa, mas a metodologia aplicada pelo Executivo ao processo.” -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOPS – 2016 -----

Interveio **Telma Jorge**: “O motivo desta 1ª Revisão Orçamental destina-se à aquisição de dois aspiradores urbanos, parece-nos corresponder a uma necessidade já que as duas aspiradoras compradas anteriormente, atingiram o final de vida útil e nunca foram substituídas. -----

Aproveitamos esta matéria para recordar o papel que a CDU teve, há longos anos atrás, na aquisição da primeira varredora, que permitiu um aumento na produtividade e na qualidade na prestação de serviços na limpeza urbana sem precedentes. -----

Com esta inovação, o Entroncamento na altura, foi pioneira na nossa região, que permitiu um salto qualitativo na qualidade ambiental local. -----

Nos últimos anos temos assistido a um retrocesso, a amortização dos equipamentos não foi feita de forma a que os mesmos fossem substituídos em tempo útil, verificando-se o processo inverso com falta de resposta na limpeza urbana e a degradação dos serviços. -----

Por outro lado, a tentativa de recurso a trabalhadores precários, para prestar estes serviços não resultou, mais uma vez fica demonstrado que devemos apostar na modernização dos equipamentos e sobretudo, no investimento de trabalhadores com formação para tirar partido pleno dos investimentos feitos nesses meios. -----

Para terminar, gostaríamos de dizer que se torna urgente o investimento em meios e pessoal e por isso, concordamos com esta revisão que vem dar resposta a algumas das necessidades da limpeza urbana da nossa cidade.” -----

Referiu **José Baptista**: “Esta revisão orçamental serve explicitamente para a aquisição de dois aspiradores urbanos. -----

Já falámos aqui variadíssimas vezes a questão da limpeza urbana, o município sabia há muito tempo que havia a necessidade de substituir estes equipamentos, não providenciou a sua substituição no orçamento quando ele foi feito há um ano atrás e agora é forçado a fazer uma revisão orçamental que era absolutamente escusada se atempadamente a tivessem feito. -----

As queixas da falta de limpeza são tantas, como aquelas que o senhor fez hoje e outras tantas que já aqui fizemos nas sessões anteriores da assembleia municipal, que realmente não há volta a dar. -----

Portanto, para este fim, vamos votar a favor, já várias vezes aqui o dissemos, que a limpeza urbana é um dos pecados capitais deste município ao longo dos últimos anos.”

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “Depois de termos feito chegar aqui a nossa moção acerca da limpeza da cidade, só podemos dizer que já vem tarde. -----

Porém, queremos salientar que serão bem acolhidas por nós, e certamente todos os cidadãos irão notar um pouco mais a diferença na limpeza das ruas. -----

Agora, é necessário que os funcionários efetivamente as utilizem e utilizem como deve ser e para que durem mais tempo tenham formação específica para isso.” -----

Interveio **José Leote**: “Esta questão das varredoras era importante estarem a funcionar e que levou a esta consequência da falta de meios operacionais para ter uma melhor limpeza na cidade. -----

Também me parece que se criou um bocado a ideia de que a cidade está imunda, o que não é a verdade. -----

Também existe a falta de consciência de algumas pessoas que não colocam o lixo nos contentores, mas sim ao lado. -----

De qualquer forma, temos que começar por algum lado e esta aquisição das varredoras irá dar uma melhor resposta.” -----

Continuou **Manuel Martins**: “Queria alertar para uma situação. Não sei se se aperceberam, é que, apesar de haver esta necessidade dos 2.680 euros, não é esse o valor deste equipamento, é muito mais caro, e só devido a uma gestão eficaz e conseguir vir buscar algum dinheiro onde não foi necessário, é que se conseguiu a verba para este equipamento fosse apenas esta.” -----

Fernanda Alves referiu: “Esta questão da limpeza da cidade que vem aqui novamente, não há assim tanta sujidade. -----

É recorrente nalgumas situações e ainda bem que está a ser transmitida esta sessão da assembleia, para chamarmos a atenção das pessoas que se calhar até inadvertidamente o fazem, tal como o meu camarada de bancada José Leote disse, recorrentemente as pessoas colocam o lixo fora dos locais indicados. -----

Eu própria já peguei em alguns sacos que andavam a rebolar na rua e coloquei dentro da ilha e não tive problema nenhum com isso. -----

É bom que todos nós colaboremos para que a cidade se mantenha limpa, é evidente que o executivo tem uma responsabilidade logicamente, mas é bom que a cidade e a cidade é de todos e todos cá vivemos.” -----

Pedi a palavra **Rui Maurício**: “Em relação à limpeza, conseguiu-se passar a mensagem que o Entroncamento é uma cidade suja e quem conseguiu passar essa mensagem é bastante habilidoso porque ela de facto passou. -----

Esta semana houve assembleia de freguesia e como soube que o assunto iria ser falado, percorri com o senhor vereador Carlos Amaro, quase todas as ruas da minha freguesia e tirando um caso ou outro excecional não havia nenhuma sujidade. -----

É um facto que essa mensagem neste momento é errada e no que toca à Freguesia de São João Baptista, as ruas de facto estão limpas, tirando um ou outro caso excecional.” -----

Interveio **José Baptista**: “Esteve aqui hoje um cidadão a falar da falta de limpeza na cidade e depois os senhores têm a habilidade de continuar a dizer que não há sujidade nenhuma. -----

Sobre o que o senhor deputado Manuel Martins disse sobre o custo e a gestão, aparece nos documentos a dizer: Limpeza Urbana – Aquisição de Aspirador Urbano (Leasing), ou seja, isto é o custo deste ano, não é o custo total dos aspiradores.” -----

Prossigui **Ezequiel Estrada**: “Corroboro com o que disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, em que há um exagero relativamente a que as ruas estão sujas. -----

Sugeria que fossem ver a rua 1º de maio e o Largo 24 de novembro, que alguém se referiu aqui há pouco, que ainda hoje foi limpo e é limpo dia sim, dia não. -----

Naquele Largo há um cuidado de exceção, porque é um Largo emblemático, que a junta de freguesia tem muito cuidado em tê-lo limpo dia sim, dia não. -----

O aspirador urbano que nós adquirimos tem estado a dar um alto rendimento. -----
É feito um registo do tempo de trabalho, posso dizer que em 250 horas foi feita a avaliação por um técnico, que tirou 15 mil litros de lixo na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Em relação à questão dos equipamentos, é indispensável que a câmara tenha sempre esta política que os equipamentos não duram uma eternidade. -----

O primeiro equipamento foi comprado em 2000 ou 2001, vejam os anos que aquilo tem, na altura a cidade ganhou outro ar. -----

O PSD quando chegou ao poder, comprou o segundo equipamento. -----

Sabemos porque é que a câmara deixou de investir nisto, os PEC, as imposições na diminuição das dívidas das câmaras, a situação financeira que já aqui foi abordada e uma despreocupação com os trabalhadores das limpezas. -----

Em termos da limpeza, nós notamos que algumas das nossas preocupações foram dadas resposta, as ervas junto ao Tribunal, no Bairro Camões, na Cidade Nova, nalguns sítios foram dadas resposta, a câmara não tem meios para isso, a câmara não pode fazer omeletes sem ovos. -----

Sobre o orçamento para 2016, faço aqui uma pergunta: O que é que a câmara fez até este momento para contratar pessoal, quantos concursos tem para a área das limpezas e outras, neste momento não pode dizer que a lei não permite, a lei neste momento permite. -----

Esperamos que o Orçamento de Estado para 2017, venha ampliar isso novamente.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**1º Revisão ao Orçamento e GOPS – 2016**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO EM PROJETOS COMPARTICIPADOS DE VALOR ATÉ 479.560 EUROS -----

Atendendo a que ninguém quisesse pronunciar-se, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Empréstimo para Investimento em Projetos Participados de Valor até 479.560 Euros**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO EM PROJETOS NÃO COMPARTICIPADOS DE VALOR ATÉ 546.900 EUROS -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Visto que veio esta explicação do Tribunal de Contas, os serviços do município acharam por bem fazer este grande empréstimo de um milhão e vinte e seis mil euros, em dois empréstimos que estamos agora a discutir. -----

Este segundo empréstimo refere-se aos projetos não participados, onde se enquadram dois projetos, isto tem a ver exatamente com a condição do travão ao

indexante e, portanto, não há aqui nenhuma surpresa em relação a este assunto e todos sabemos o que é que se passa. -----

Quanto à questão do empréstimo de 546.900 euros, referem-se à ampliação do cemitério, que creio que têm a ver com trabalhos alguns deles já executados e pedia ao senhor Presidente da Câmara para dar essa nota, até porque na explicação, vem que ela parte de uma fatura que não pode ser enquadrada porque já foi faturada e portanto, já não pode ser colocada neste empréstimo ao Tribunal de Contas e depois há, a requalificação da Estrada da Barroca. -----

Tanto a estes empréstimos dos projetos não participados, como no empréstimo dos projetos participados, há uma questão que é comum aos dois e, portanto, basta fazer uma vez e que é: Se alguma destas obras não for executada, o dinheiro que era a respetiva participação nacional, ou seja, que o município colocaria do empréstimo que estamos a solicitar agora, qual é que é o destino desse dinheiro se não for executado neste projeto específico, ou seja, se um destes projetos não se realizar ou se o valor for inferior, o que é que acontece ao dinheiro que estava elencado, se pode elencar a outra rubrica qualquer, ou não é mexido e simplesmente vai para amortizar a dívida. -----

A segunda é, se já há na parte dos participados e peço desculpa, porque juntei as duas intervenções e se calhar não faz sentido, e se não fizer peço desculpa ao senhor Presidente e retiro a questão, quando é que vai ser feita e se já há alguma previsão para a adjudicação destes contratos programa do ponto anterior e se eles serão assinados nomeadamente, a recuperação do Pavilhão da EB2/3 da Escola Doutor Ruy D'Andrade e para quando é que se prevê que seja a obra.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Como dizem as propostas claramente, os financiamentos são propostos até ao montante de, e só serão usados na medida em que as obras correspondentes forem executadas até esse montante limite, se não forem executadas, ou se não atingirem esse montante limite, o empréstimo não atingirá esse valor, mas isso está claro nas propostas, se o senhor deputado tivesse tido atenção, teria visto essa questão.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Empréstimo para Investimento em Projetos Não Participados de Valor até 546.900 Euros**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

EMPRÉSTIMO – PAEL – SUBSTITUIÇÃO DA DÍVIDA -----

Em virtude de não haver pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “**Empréstimo – PAEL – Substituição da Dívida**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2017 -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “Senhor Presidente da Câmara, no dia 5 de agosto de 2016, o CDS-PP através dos deputados na Assembleia da República, fizeram-

lhe chegar um pedido, creio, que inclusivamente foi à reunião de câmara, o senhor Presidente disse que ia responder, queria fazer a pergunta já que não obteve resposta por parte do município: -----

“Tendo em consideração que este imposto constitui uma fonte de receitas das autarquias portuguesas e pelas recentes alterações legislativas promovidas pelo governo ao código do IMI, qual é o impacto nas receitas provenientes de impostos indiretos no município a que preside.” -----

Tendo em consideração e estamos a falar das alterações do IMI de passar de 0,05 do coeficiente da localização para 0,20, o CDS-PP queria questionar o município e questionou, se a câmara já tem a ponderação das receitas do IMI que são promovidas por esta lei.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “A câmara tomou conhecimento dessa pretensão do CDS-PP, penso que a resposta que enviámos, foi que essa é uma matéria de avaliação que compete à Autoridade Tributária. -----

Penso que a questão não está bem formulada, mas até agora, não temos nenhum dado concreto que nos permita avaliar qualquer implicação das alterações recentes no código do IMI.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Temos uma proposta a apresentar: -----

“A bancada da CDU na Assembleia Municipal do Entroncamento, vem por este meio solicitar que os assuntos sujeitos a votação no ponto 6 da Ordem dos Trabalhos da Sessão Ordinária do dia 30-09-2016 – Taxas de IMI (0,35% e 0,8%) e a aplicação de uma dedução no valor de 70 € ... - sejam desagregados e votados em separado. -----

Só assim os elementos da CDU poderão votar os assuntos em consciência, respeitando os princípios que nos caracterizam.” -----

Na discussão anterior já ficou bem claro que nós somos contra a dedução fixa no valor de 70 euros, ou qualquer devolução nesta área. -----

A lei foi revista recentemente, nós não a aceitamos, de qualquer forma, para votar o orçamento e viabilizar o governo, tivemos que “engolir sapos”. -----

Nós pedimos ao plenário que separe estes dois pontos, sei que é possível, porque aqui ao lado, na Barquinha, eles têm dois pontos, um para aprovação do IMI e o outro para a questão da dedução, é a forma mais clara de não comprometer a aprovação do IMI. -----

Nós no primeiro ano podíamos ter feito uma proposta, não aceitar a proposta da câmara e exigir que fosse cumprido aquilo que estava nos placares imediatamente a redução total, isso é possível, foi feito na Câmara Municipal de Alpiarça, o plenário decidiu que não era a proposta da câmara e que era 0,3%, como é possível separar as duas questões para nós podermos votar em consciência.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “A câmara apresenta-nos uma proposta única para a questão do IMI e IMI Familiar, numa única proposta, não fez duas votações, votou as duas propostas do artigo 112º e 112º-A em bloco, ou seja, a estrutura e o formato que foi dado ao ato praticado na câmara municipal foi aquele e, portanto, é sobre aquele ato, com aquela composição e aquela formatação que nós nos temos que pronunciar, votando contra ou a favor. -----

Obviamente que esta matéria do IMI é uma das matérias que não é reserva absoluta do município, permite que haja alterações àquilo que foi fixado pela câmara. ---

Se a CDU tivesse apresentado uma proposta, por exemplo, que na parte do IMI com que fosse taxativa que é dito na câmara da redução do IMI, não aplicando o IMI Familiar, tínhamos uma contraproposta para ser aqui apresentada. -----

Aquilo que é pedido, é que esta assembleia vote separadamente aquilo que outro órgão já votou de uma única forma e isso não pode ser feito legalmente. -----

Vou colocar novamente como aconteceu o ano passado, aliás, o ano passado nas folhas 9,10 e 11 da ata, está escrito como é que foi. -----

Vou colocar em alternativa, votar-se a proposta da câmara, ou votar-se a proposta da CDU, que é votar de forma separada os dois pontos, se a proposta da CDU vencer, nós votaremos os dois pontos separadamente, é o plenário que vai decidir. -----

Este ato deve respeitar um procedimento de aprovação que foi criado na câmara de uma determinada forma e é essa proposta que deve vir à assembleia para ser aprovada. -----

Nós temos toda a liberdade e todo o direito de não concordar e rejeitar a proposta da câmara, mas temos que a votar. -----

A minha intenção é colocar as duas propostas em votação alternativa, como se fez precisamente o ano passado.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Retiramos a proposta, mas não estamos convictos em relação a essa questão, porque o plenário podia decidir em contrário. -----

Nós retiramos a proposta, mas quero que fique bem claro, o senhor Presidente da Câmara já sabia qual era a nossa posição do ano passado, não alterou o procedimento, qualquer responsabilidade em não aprovação do IMI não é nossa porque essa questão já tinha sido colocada o ano passado, não o fez, sabia das consequências.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “O CDS vai votar favoravelmente esta proposta da câmara. -----

Porém, fica expectante que na próxima assembleia municipal, possivelmente possamos ter alguma outra para aprovar, porque acredito que uma cidade como o slogan “Uma cidade para as pessoas”, possam pensar e acreditar que o valor não é tão grande e que possam vir aqui um pouco mais de generosidade para com as famílias. -----

Só mais uma coisa, é tramado quando nós votamos uma coisa em Lisboa e depois não votamos aqui, engolir sapos custa-nos a todos, já calhou ao CDS, ao PSD, desta vez calhou à CDU, a política é feita disto.” -----

Prosseguiu **Fátima Roldão**: “Consideramos que a proposta de redução da taxa é adequada, coincidindo, aliás, com as taxas que o Bloco apresentara o ano passado e que haviam sido rejeitadas. -----

Consideramos que esta redução será um benefício para grande parte das famílias do município. -----

Relativamente à introdução dos escalões da redução da taxa de acordo com o número de dependentes, como já referimos anteriormente, possuímos algumas reservas face ao princípio, uma vez que este pode ser justo, uma vez que se baseia apenas no número de dependentes e não nos rendimentos reais dos respetivos agregados familiares. -----

Podemos atribuir descontos a famílias com três dependentes ou mais, mas com elevado rendimento per capita, ou inversamente como já referimos, não atribuir um desconto a uma família com um ou dois dependentes, mas que possui baixos rendimentos. -----

Consideramos sim, que essas diferenciações de taxas e deduções devem ser feitas em sede de IRS, tendo em atenção os efetivos rendimentos das famílias e não o número de dependentes. -----

Seria necessário para aprovarmos esta medida, temos outros dados sobre os rendimentos e condições de vida, que não sendo possível deixa uma grande margem de dúvida sobre a justiça social e eficácia deste benefício. -----

Contudo, esta situação não será impeditiva da nossa aprovação do presente ponto, pois pensamos que o principal da proposta é que será transversal a todas as famílias detentoras de habitação e não apenas às 92 famílias que se destina poderem a vir a usufruírem da dedução familiar, é efetivamente a redução da taxa para 0,35% dos prédios urbanos, o que representa uma melhoria real para os contribuintes, isto, parece-nos o principal da proposta, que irá beneficiar grande parte das famílias. -----

Assim sendo, mesmo com as reservas assinaladas face à aplicação da dedução fixa, votaremos favoravelmente esta medida.” -----

Interveio **José Baptista**: “Da análise da proposta que recebemos da câmara, o objetivo traçado é que os prédios rústicos mantêm-se em 0,8%, e os prédios urbanos ficam com uma taxa de 0,35%, a acrescer a isto, há ainda uma redução de 70 euros para famílias com três ou mais filhos. -----

Se nós dissermos aquilo que dissemos há pouco aqui, sobre a proposta que foi aqui há pouco feita sobre o número de filhos e sobre a questão de estarmos a executar exatamente a mesma percentagem de imposto sobre famílias com mais poder económico, ou com mais rendimentos e famílias com menos rendimentos, obviamente que esta proposta não faz sentido nenhum, porque aquilo que nós estamos a ver, é que o município, deliberadamente, diz que todas as famílias com três ou mais filhos têm que ter uma isenção. -----

Isto dá para fazer uma piada, não vou usar nomes de pessoas porque no Entroncamento é muito fácil de nos conhecermos uns aos outros, mas dá para perceber que o melhor empresário da terra, por exemplo, com três filhos tem exatamente a mesma isenção do que a senhora que faz limpeza na minha casa, trabalha a horas e não consegue ter o ordenado mínimo nacional ao final do mês, ter a casa própria da família e, portanto, a situação é exatamente a mesma. -----

Quando nós olhamos para a questão dos 0,35%, o PS faz um grande alarido sobre esta matéria, já o fez várias vezes, mas nós continuamos a dizer, há três anos atrás, quando o Partido Socialista ganhou as eleições, pôs uns grandes cartazes na rua a dizer: reduzir 12,5% do valor do IMI, de certeza que não há um cidadão na rua que tenha feito uma conta, tal como a maior parte dos eleitos locais já o fizeram, que os 12,5% era da taxa variável, que a câmara podia pôr e dispôs e não dos 12,5% reais da fatura que efetivamente tem que pagar todos os anos. -----

Nós já o dissemos várias vezes, é uma fraude aquilo que foi feito aos eleitores, é uma fraude aquilo que está a ser feito, o que o PS está a fazer não é reduzir 12,5% o IMI que prometeu aos cidadãos do Entroncamento e, portanto, vamos votar contra.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “Ficámos satisfeitos pela CDU retirar a sua proposta na medida em que tínhamos a noção que estaríamos a cometer algum erro, ainda bem que o senhor Presidente da Assembleia nos esclareceu. -----

Estamos bastante satisfeitos com as medidas para o IMI que este executivo tem estado a tomar, nomeadamente esta questão do IMI familiar, apesar de todos os constrangimentos que já aqui elencamos e que não vou voltar a repetir. -----

Ficamos também bastante agradado ver que o Bloco de Esquerda, apesar de algumas reservas, está de acordo com esta proposta, o que nos satisfaz. -----

Respondendo ao senhor deputado do PSD, é pura demagogia aquilo que disse, cada um interpreta como quer, o certo é, os 12,5% que foram dados como garantidos que irão ser reduzidos, estão a vir à mesa desta assembleia municipal nestes quatro anos e assim foi feito. -----

Quando o senhor deputado diz que é uma fraude, muito me surpreende. -----

Quando dá o exemplo das famílias com três ou mais dependentes e diz e muito bem, que um empresário com três ou mais filhos, vai ter a mesma redução que a senhora que faz limpeza e tem os mesmos filhos, agora pergunto, o Governo quando lançou esta ideia não pensou nisto? Aí já não foi fraude, foi uma ideia brilhantíssima. -----

A bancada do PS está muito satisfeita com a atuação do executivo nesta matéria, aquilo que prometeu está a cumprir, ainda mais depois de todos os constrangimentos que já elenquei hoje aqui, conseguindo ainda tomar atenção e fazer aquilo que achava que devia aplicar a tal redução do IMI familiar e, portanto, a bancada do PS só pode estar satisfeita com este desfecho e vai votar a favor.” -----

António Ferreira referiu: “Os 12,5% do IMI, os cidadãos do Entroncamento foram enganados e foram enganado desde o dia em que houve a eleição e até este momento, se formos fazer as contas, não foram os 12,5%, mas foi gradualmente até chegar aos 12,5%, concordo com aquilo que estava aqui, mas também lhes digo uma coisa, vocês não sabiam qual era o estado da câmara, por isso é que fizeram esta proposta. -----

Se tivessem aplicado imediatamente os 12,5% da redução, é evidente que vocês não tinham pago as dívidas que pagaram e nós estávamos a passar mais dificuldades. ---

Aprendam a lição, não se pode prometer o que não se pode dar. -----

Em relação à redução do IMI familiar, não compreendo a posição do PS, a posição do PS em relação à proposta do CDS, era uma posição extremamente correta, concordamos 100% com aquilo que disseram, agora para três filhos já estão de acordo em aplicar-se a redução para os três filhos? Os princípios a aplicar não são exatamente os mesmos que estão na Lei, não se vai prejudicar exatamente as mesmas pessoas que não têm casa própria, a justiça social não tem que ser feita em termos de IRS sobre os rendimentos e não nesta área. -----

O que é que vamos dizer às famílias que têm três filhos e que não têm casa própria, o vizinho do lado tem casa própria e tem direito a uma redução de 70 euros e a família ao lado com casa arrendada não tem direito aos 70 euros.” -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “No dia 27 de fevereiro de 2015, votação da proposta de recomendação apresentada pelo CDS, foi aprovada por maioria com 16 votos a favor, sendo 8 votos do Partido Socialista, 5 votos do Partido Social Democrata, 1 voto do Centro Democrático Social e 2 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e 7 votos contra, sendo 3 votos do Bloco de Esquerda, 3 votos da Coligação Democrática Unitária e 1 voto do Partido Socialista, queria com isto dizer que a coerência é uma palavra que nos ajuda bastante e aquilo que vocês aprovaram aqui no dia 27 de fevereiro de 2015, não está a ser coerente. -----

Era só para recordar que estas pessoas votaram favoravelmente.” -----

Interveio **Manuel Martins**: “O imposto do IMI é sobre imóveis, há incentivos ao arrendamento, há incentivos a famílias com dificuldades, este é sobre imóveis, não vejo porque é que se está a misturar este imposto com famílias que não têm casa própria e que estão com arrendamento. -----

Desde que o PS está no executivo e que começou a diminuir o IMI houve algum benefício para as famílias, nomeadamente no ano de 2014, estamos a falar de um valor que a taxa do IMI ao passar de 0,40% para 0,39%, consistiu num valor de 60.311,64 euros de poupança para as famílias. -----

No ano de 2015, 136.915,00 euros foi a diferença entre os 0,38% que foram aplicados e os 0,40% que existiriam se não houvesse uma redução ao IMI. -----

Em 2016, 292.891,59 euros, quando a descida da taxa passou para 0,36%, isto em relação aos 0,40% que era o que existia. -----

Para 2017, previsivelmente 364.000,00 euros, é um cálculo. -----
Estamos a falar de uma poupança das famílias do Entroncamento de 855.000.00 euros, esta é a diferença entre o PS e o PSD no executivo, se isto não é generosidade para as famílias, não sei que será! -----

Estamos a falar de euros que apesar de ter havido esta poupança por parte das famílias, em “prejuízo” do município, conseguiu este executivo reduzir a dívida de 15 milhões de euros para 11 milhões de euros e estamos a falar do exercício de este ano, falta o próximo. -----

Compreendo que 70 euros vezes 93 famílias dão 5.600.00 euros, não é assim tão grande, mas, 855.000,00 euros é um número um bocadinho maior. -----

Aproveito para pedir, caso esta proposta seja aprovada e uma vez que já foi aqui falado nas redes sociais e Facebook, existe lá uma página “Eu agora quero os tais menos 12,5% do IMI”, dos quais fazem parte alguns membros desta assembleia, gostava de ver essas pessoas agradecerem ao PS ter-lhes dado a redução de 12,5% do IMI, porque já agora ficava-lhes bem mudar o título.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2017” foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – RMUE -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Na última sessão, o PSD quando começamos a discutir este assunto perguntou: “Porque é que estávamos a incluir um artigo que tinha sido retirado do regulamento que tinha já sido votado anteriormente e agora estava a ser novamente colocado lá” primeira pergunta não respondida. -----

Depois, perguntámos se “o artigo 13º-A tinha sido alvo de consulta pública”, nós colocámos a questão, porque achávamos estranho que o resto tenha sido colocado em consulta pública e aquela parte não. -----

Quando nós suscitámos a questão, houve logo outros partidos que perceberam o que se estava a discutir e suscitaram também que o ponto fosse retirado. -----

O senhor Presidente da Câmara incitado a responder à questão, fez uma intervenção que está na ata que aprovámos hoje em que diz: “*Agradeço a discussão embora ache curioso que esta questão tenha sido levantada pelo deputado municipal do PSD, que é sempre muito senhor da sua sabedoria e agora numa questão jurídica, (que é a sua formação profissional) lança esta dúvida e perante as afirmações e os esclarecimentos....., entendeu que não houve qualquer ilegalidade, mesmo o único voto contra desta clarificação de senhora vereadora do PSD, não foi invocada essa situação.*” -----

O senhor Presidente da Câmara alegava, que, como a senhora vereadora do PSD não tinha dito no executivo aquilo que nós tínhamos dito na assembleia, que a questão nem sequer se colocava e nem sequer se punha. -----

O que aconteceu, foi que, logo a seguir o senhor Presidente da Câmara diz: “*Se esta assembleia levantasse dúvidas razoáveis, eu era o primeiro a sugerir que fosse retirado, agora, esta questão, foi lançada por mera demagogia política, peço desculpa, a pessoa que o lançou, o senhor deputado José Miguel, é uma pessoa que é sempre afirmativo naquilo que diz.*” e continua com os restantes pressupostos sobre a

demagogia política. Foi votado por esta assembleia a retirada do ponto para ser reanalisado e foi de tal forma reanalisado o ponto, que foi para consulta pública e foi publicado no Diário da República no dia 1 de agosto de 2016. -----

Aquilo que na lógica do senhor Presidente da Câmara era uma questão meramente politiqureira, de politiquice baixa, que estávamos aqui para levantar um problema ao município, na verdade, o que se verificou foi que o regulamento tinha mesmo que ir a consulta pública, porque se não fosse preciso a câmara não o tinha feito, parece-me que isto é claro. -----

Chegamos ao dia de hoje e recebemos novamente o regulamento com estas alterações para serem incluídas, alterações das quais e volto a dizer, tinham sido excluídas da anterior revisão do regulamento e agora são lá recolocadas. -----

Volto a colocar a questão, suprimida que está a deficiência do período de consulta pública, falta saber quantos processos foram analisados ao abrigo deste regulamento sem estes artigos lá e qual é que foi o impacto financeiro que ele teve para o município e essa informação nós ainda não a recebemos e, portanto, aguardamo-la da parte do senhor Presidente da Câmara.” -----

Interveio **Marco Geração**: ”Esta questão foi um bocado de uma trapalhada que aconteceu na câmara algures no tempo e que depois foi resolvida, remendada e voltou a ser remendada. -----

Sobre a intervenção do senhor deputado do PSD, também afirmo e o senhor Presidente falou comigo e perguntou-me o porquê desta decisão supostamente política, não era nenhuma decisão política senhor Presidente, era uma questão legal e que merecia a apreciação de quem tivesse competência para a apreciar. -----

Pelos vistos, a apreciação legal sobre esta dúvida, veio dar razão a quem não quis votar. -----

Para além desta questão, existe outra questão que também já foi tocada pelo deputado do PSD, que é relativa aos custos inerentes com este processo menos eficaz, menos legal, não sei ao todo, o tempo que passou, mas terá tido algum custo para a autarquia. -----

As alterações fazem sentido, vêm completar uma lei que foi esburacada, foram criadas algumas lacunas que não deviam ter sido criadas, agora pelos vistos, o sentido, a consistência já lá está e esperemos que isto não volte a acontecer outra vez para benefício dos nossos munícipes.” -----

Referiu **Telma Jorge**: “A CDU não vai acrescentar muito mais aquilo que os deputados do PSD e BE disseram, mas de facto reforçar que de facto foi uma situação lamentável, da nossa parte sentimos muita pressão na última sessão da assembleia sobre este assunto. -----

Não é uma questão de estarmos ou não satisfeitos, de estarmos ou não de parabéns de termos mantido as nossas posições, mas de facto, estávamos a cometer uma ilegalidade. -----

Juntamo-nos às bancadas do PSD e do BE, no sentido de acharmos que era importante quantificar em termos de valores aquilo que esteve em causa no período que mediou as duas situações.” -----

Prosseguiu **Carla Roma**: “Era só uma nota muito breve e que tem a ver com a documentação que nos chegou, nomeadamente neste ponto. -----

Tem acontecido diversas vezes que a informação que nos chega para preparar a assembleia, que no chega com a informação de que, na reunião de câmara foram feitas algumas declarações que deveriam vir anexadas ao assunto em discussão e cujos anexos não nos chegam. -----

Desta vez nós fizemos um pedido relativamente a alguma dessa documentação, chegou-nos uma ata que estava relacionada com este ponto em particular, mas os anexos da ata não nos foi enviado e acho que é importante estarmos na posse de toda a informação e nas declarações que estão nessa ata por parte dos vereadores. -----

Queria deixar aqui esta chamada de atenção para que no futuro isto não aconteça.”

Continuou **António Rodrigues**: “O PS é um partido pluralista, autocrítico, aberto a sugestões, ao confronto de ideias, que sabe ouvir as pessoas. -----

O PS não se revê em políticas ludibriosas e habilidosas. -----

Nós não somos adeptos da política de direita do “Raramente me engano e nunca tenho dúvidas”. -----

E para que não houvesse dúvidas razoáveis sobre a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e ficássemos todos esclarecidos, este ponto foi retirado na sessão anterior. -----

O Projeto do RMUE que estamos aqui a discutir foi publicado em 27 de novembro de 2015 em Diário da República e esteve 30 dias (úteis) submetido a consulta pública para recolha de sugestões e nessa altura nenhum interessado apresentou qualquer sugestão e ninguém teve dúvidas. -----

No dia 1 de agosto de 2016, o Projeto RMUE foi novamente publicado em Diário da República, foi novamente submetido a consulta pública pelo período legal de 30 dias e novamente nenhum município apresentou uma única sugestão. -----

Queremos deixar bem claro para os senhores e senhoras deputados e para todos os que nos seguem pelo EOL e TVE, que até ao momento não houve nenhum prejuízo financeiro para o município com a alteração ao Regulamento.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “**Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação – RMUE**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **Fernanda Lopes**: “A bancada do PS destaca da Informação do senhor Presidente da Câmara relativo a atividades municipais que decorreram desde a última assembleia municipal até à presente. -----

1 – Atividade do município (Divisão de Gestão e Urbanismo e Obras) – Empreitada de “Execução da Escola EB 2/3 Dr. Ruy D’Andrade, Empreitada de “Execução de Ciclovias, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima”. Destacamos ainda, Empreitada de “Mercado Municipal – Alteração de Parede Interior” e damos relevo à Empreitada de “Cemitério Municipal – Ampliação e Manutenção e Pavimentos” entre outras proferidas pelo senhor Presidente. -----

2 – Setor de Educação – A Câmara deu resposta a todas as solicitações, pedidos de apoio em transporte, em material, reparações e arranjos a todos os Agrupamentos de Escolas do Entroncamento. -----

O Município entregou livros de fichas aos alunos do 1º ano do 1º ciclo do Ensino Básico. -----

3 – Serviços Sociais – No âmbito do Cartão Municipal do Idoso, encontram-se ativos 1.798 cartões, sendo 1.306 pertencentes ao cartão A e 492 pertencentes ao cartão B. -----

A nível do abastecimento de água, usufruem isenção da tarifa 269 utentes, estando os mesmos isentos das tarifas de lixo e saneamento. -----

O Programa “Crescer na Cidade” em período de férias letivas, decorreu de 25 de julho a 09 de setembro, programa este feito em parceria entre o Município e o CLDS. Dirigido a alunos do 1º e do 2º ciclo do ensino básico, este decorreu (as atividades) na sede da CDLS e também no exterior. -----

4 – A Nível da Cultura – Houve vários Entro.Culturas como o de 6 de agosto, este foi muito agradável e realizou-se na Praça Salgueiro Maia. -----

No dia 2 de setembro Pedro Dionísio e Ricardo Esteves, – espetáculo de viola, voz e violino, encheram de música, magia e alegria o Jardim Parque José Pereira Caldas, tendo aderido ao evento bastante público. -----

No dia 27 de agosto, teve lugar na Praça Salgueiro Maia, a noite branca com o já habitual DJ Jorge Branco. Foi uma noite com muita animação e cor, onde a população foi convidada a participar vestidos com uma peça de roupa branca.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “Acerca das atividades culturais que existiram no verão, tive a oportunidade e delicadeza de ir a todas e alguns dos presentes sabem que é verdade. -----

A noite branca, infelizmente para a cidade não foi o que se desejava, o grupo musical não foi o que se desejava, foi deprimente para quem percebe minimamente de música. -----

Se todos os dias comemos massa, ao final do mês estamos fartos de massa, e aqui na noite branca diz que no dia 27 de agosto teve lugar na Praça Salgueiro Maia a noite branca com o já habitual DJ Jorge Branco, percebo que é um DJ do Entroncamento, mas choca-me porque inclusivamente já apanhámos o habitual. Costumo dizer “é preciso diversificar”. -----

Escrevi um artigo onde disse “finalmente”, porque em setembro houve duas excelentes iniciativas, porque não foram mais do mesmo.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “A primeira questão tem a ver com a ficha do município da Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Há uma melhoria em termos de dívida, mas continua a haver uma chamada de atenção em relação às taxas de execução, essa informação já vinha nas fichas anteriores e continua a vir nesta, a taxa de execução não é muito alta. -----

Os impostos indiretos continuam a subir 7,51%, esta questão do IMI e da redução em relação à taxa, tem a ver com outros fatores, aquele A/4 que nos foi apresentado ainda há pouco dos 855.000,00 euros, tem a ver com outras coisas também, reavaliação de prédios, uns que deixaram de pagar tanto e outros que começaram a pagar alguma coisa e que não pagavam anteriormente, é um processo muito difícil de analisar. -----

De qualquer forma, esta receita continua a ser uma das receitas mais importantes do município do Entroncamento.” -----

Referiu **Manuel Martins**: “Um pequeno esclarecimento para que não fique dúvidas. -----

Aquilo que foi feito, foi um cálculo que em vez de utilizar o imposto em vigor, se utilizasse os 0,40%, ou seja, sobre a receita efetivamente, a diferença é real, aquela poupança das famílias foi real.” -----

Segue-se a intervenção do senhor **Presidente da Câmara**: “A questão relacionada com o RMUE, para nós é muito simples. -----

Tendo nesta assembleia suscitado dúvidas acerca se aquela operação deveria ou não ter estado em discussão pública, o senhor Presidente da Assembleia continua a ter a opinião que não devia ser publicado novamente, eu mantenho essa opinião e outras

pessoas também, mas como o nosso objetivo não é ver quem ganha o despique, é prosseguir os interesses do município e da nossa cidade. -----

Tendo na última assembleia suscitado algumas dúvidas, em estar em discussão pública ou não e para algumas pessoas isso era mais importante essa questão, do que aprovar uma alteração ao regulamento, como havia tempo entre a última assembleia e esta, para aprovar na câmara o procedimento, colocar em discussão pública e trazer de novo a esta assembleia de modo a que não houvesse qualquer dúvida. -----

Relativamente à intervenção do senhor deputado António Rodrigues, que aqui nos trouxe, subscrevo inteiramente, ele não estava a desvalorizar o facto de as alterações terem que estar em discussão pública, ele estava a valorizar o facto de que este processo em concreto, teve vários momentos em discussão pública e nenhum deputado aqui presente e nenhum munícipe, fez qualquer sugestão para melhoria desse regulamento. –

Relativamente às questões colocadas aqui sobre as assistentes operacionais colocadas nas escolas, obviamente não tenho de cabeça e os números que pudesse dar, podia aqui estar a incorrer nalgum erro, vou só partilhar convosco o seguinte: -----

O número de assistentes operacionais nas escolas é superior em cerca de 25% a 30% daquela que é a dotação que resulta da aplicação da lei e daquela que são a transferência de recursos da administração central. -----

Terei o cuidado e o senhor Presidente da Assembleia se por acaso não o fizer, agradeço que me lembre, terei o cuidado de enviar o mapa com a dotação que resulta da aplicação da lei com o número de assistentes operacionais por cada escola e já agora, com o número de contratos ocupacionais que também existem agora e que existiam quando tomámos posse. -----

Já agora, como é sabido, nós temos feito um esforço enorme para que, postos de trabalho permanentes não sejam ocupados por pessoas com contratos operacionais. -----

Para terem essa noção, nós tínhamos 110 pessoas com contrato de trabalho ocupacional quando tomámos posse, e neste momento penso que anda à volta de 45 pessoas, uma dimensão que nós achamos adequada como responsabilidade social da nossa câmara no sentido de dar enquadramento e apoio social a pessoas que estão fragilizadas. -----

Sobre as deficiências na escola Dr. Ruy D' Andrade, se tivessem tido atenção na informação apresentada, uma das empreitadas teve a ver com a correção de defeitos detetadas na escola durante a sua construção. -----

Relativamente às intervenções sucessivas do senhor deputado José Baptista, para frasear, penso que aquilo que disse o senhor deputado Manuel, já é hábito, nós somos aqui brindados com um conjunto de incorreções e de inverdades e, portanto, é um debate que não vou entrar. -----

Quanto à Rua José Afonso, obviamente que a temos sinalizada, neste momento já lançamos a empreitada para intervenção nas zonas verdes, por trás do Largo das Comunidades e nos jardins da Rua José Afonso, na parte da rua que vai ser intervencionada por essa empreitada, está integrada na ARU, a outra parte não será intervencionada por essa empreitada, mas iremos tentar que na sequência dessa obra também possamos completar a repavimentação desta rua que é uma rua que nos preocupa, aliás, como nos preocupa outras ruas necessitadas e como acontece com a estrada municipal que liga o Entroncamento aos Riachos, no início do nosso mandato, tentando abrir uma janela de oportunidades de financiamento comunitário que na altura era possível para estradas, o que hoje não é possível face às regras atuais. -----

Nós tentámos e com bastante celeridade fazer a candidatura, não foi na altura possível chegar a acordo com os proprietários dos terrenos que queriam valores que nós

considerávamos que não eram aceitáveis do ponto de vista do interesse do município e não foi possível fazer essa intervenção. -----

Partilhar convosco que esta semana tive o prazer de assinar as ordens de pagamento para as associações relativas aos meses de julho e agosto de 2016. -----

Devo relembrar que quando tomámos posse, havia no mínimo um atraso de 6 meses. -----

Estamos a preparar um conjunto de intervenções, porque só em 31 de maio é que a câmara do Entroncamento juntamente com mais 105 câmaras, assinámos com as várias entidades regionais o Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano, que contempla alguns instrumentos de intervenção na área urbana e estamos neste momento a desenvolver esforços muito grandes para fazer projetos de acordo com aquilo que está previsto e planeado, aliás, esta assembleia acabou de aprovar um empréstimo para alguma dessas obras, uma comparticipadas outras não comparticipadas. -----

Estamos à espera da decisão da aprovação da recuperação do pavilhão da escola Dr. Ruy D'Andrade, uma candidatura que já entregámos em abril, estranhamente temos a informação que ela foi admitida favoravelmente, mas ainda não temos a decisão. -----

No princípio do mês de outubro iremos apresentar a candidatura relativa à ciclovias ao longo da Ribeira de Santa Catarina, na Freguesia de São João Baptista. -----

Ao nível da eficiência energética, andamos há dois anos à espera que apareça o aviso que defina as condições em que nos podemos candidatar, nomeadamente a substituição da iluminação pública, por iluminação eficiente. -----

Não percebi, e já agora uma nota final, como é que a CDU o ano passado 2015 e este ano 2016, deixa de aprovar uma redução da taxa do IMI, proporcionando às famílias um benefício de cerca de 650.000,00 euros, (as contas são fáceis de fazer, eu a seguir dou-lhe uma cópia desse documento se quiser), não percebo como é que a CDU com base numa argumentação, que tem todo o direito, mas é difícil de perceber, deixa de aprovar, ou por outra, chumba, vota contra a redução do IMI para todas as famílias da nossa cidade, que representou nos últimos dois anos 650.000,00 euros, só porque não concorda que algumas famílias e em concreto 93 famílias, tenham um acréscimo de cerca de 6.510,00 euros este ano e o ano passado cerca de cinco mil e tal euros, é uma posição que nós não compreendemos.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “O órgão Assembleia Municipal, exige e existe para fiscalizar a todo o momento o trabalho que é feito pelo executivo. -----

O executivo não manda em momento algum no que se passa nesta assembleia, nem deve fazer juízo de valor sobre aquilo que dizem ou emitem os senhores deputados municipais, porque são eleitos diretamente pelos cidadãos. -----

Quando o senhor Presidente de Câmara vem a esta assembleia, não responde à maioria das perguntas que lhe fazem e faz juízos de valor sobre a honra, sobre o tipo de perguntas que lhe fazem, sobre a forma como diz ser jocosa e outras terminologias que aplica por diversas vezes a esta assembleia, o senhor Presidente da Câmara ainda não percebeu que não está a privilegiar o deputado em causa, que teima e continua a querer diminuir sucessivamente, está a desacreditar o órgão a que preside e os órgãos autárquicos em questão. -----

Eu não gosto nada da terminologia “em defesa da honra”, a honra de cada um só a defende quem autoriza e eu não autorizo que me ofendam a honra, ainda mais com este tipo de situações. -----

Digo ao senhor Presidente da Assembleia que é assim que tenho de falar, como Presidente deste órgão, às vezes descemos a um nível tão baixo, tão baixo nos órgãos

autárquicos, que é normal que os cidadãos pensem, como é possível que haja pessoas que estão votadas e que nos representam desta forma.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Tenho o maior respeito pelo senhor Presidente da Assembleia, tem dirigido as reuniões com toda a cordialidade e com todo o respeito que nos merece, agora, ao senhor Presidente da Câmara eu não admito este tipo de acusações, são muito graves e de uma irresponsabilidade tremenda. -----

Pedimos o ano passado e voltámos a pedir este ano, para desagregar os dois pontos, porque temos posições diferentes do IMI. -----

O ano passado estivemos dispostos a votar o IMI favoravelmente, este ano estivemos novamente dispostos a votar favoravelmente, não podíamos era aprovar uma medida que não contem qualquer efeito no apoio às famílias, sobretudo as mais pobres, sobretudo as que não têm casa, isto é, de uma desonestidade intelectual aquilo que está a ser feito à CDU.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era zero hora e dez minutos, do dia um de outubro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: